



PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 186 - JANEIRO DE 2025

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	5

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	6
Decretos.....	9

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	12
Pareceres.....	14

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Márcio Luiz Fogaça Vicari
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
André Emiliano Uba



LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 19.108**29 DE NOVEMBRO DE 2024**

Institui a realização do Teste do Reflexo Vermelho (Teste do Olhinho), nas maternidades e hospitais públicos e privados do Estado de Santa Catarina, para detecção de retinoblastoma em recém-nascidos. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.108**29 DE NOVEMBRO DE 2024**

Institui a realização do Teste do Reflexo Vermelho (Teste do Olhinho), nas maternidades e hospitais públicos e privados do Estado de Santa Catarina, para detecção de retinoblastoma em recém-nascidos. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.109**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Campo Erê. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.110**06 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a permuta de imóvel do Estado de Santa Catarina com a União. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.111**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Programa Escola do Professor, voltado para a promoção do bem-estar emocional, da saúde mental e psicológica dos professores da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.112**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre a criação do Selo Escola Amiga do Autista, no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.113**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”, para declarar a Orquestra Sinfônica de Lages integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.114**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara a Paçoca de Pinhão, prato típico serrano, integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.115**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara o Entrevero de Pinhão, prato típico serrano, integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.116**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre a estadualização de trecho da rodovia que liga os Municípios de Abdon Batista a Campos Novos. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.117**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Urubici (RFCC) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.118**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública o Instituto Chaves, de Urubici, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.119**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 5.704, de 1980, que “Dispõe sobre aquisição, alienação e utilização de bens imóveis, nos casos que especifica, e estabelece outras providências”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.120**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Associação Lageana de Natação e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.121**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Associação Doce Vida, do Município de Lages, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadu-

al no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.122**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 18.335, de 2022, que institui a Bolsa-Atleta de Santa Catarina, para equiparar o surdoatleta aos beneficiários. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.123**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.124**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública o Instituto Metropolitano para o Desenvolvimento Desportivo e Social, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.125**10 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera emendas parlamentares impositivas constantes do Anexo I da Lei nº 18.836, de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2024, estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.126**13 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, para denominar o Município de Joaçaba como a Capital Catarinense do Carnaval. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.127**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”, para incluir, entre as vedações previstas, o abate de animais da espécie leão-baio e de outros animais silvestres, inserindo-o na condição de infração gravíssima. [\(Inteiro teor\)](#)

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 19.128**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina a Sapecada da Canção Nativa de Lages e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome do festival. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.129**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Produtores Rurais de Caçador e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.130**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre a aquisição do pinhão produzido pela agricultura familiar, economia popular solidária e pelos empreendimentos familiares rurais do Estado de Santa Catarina para a sua inclusão na merenda escolar da rede estadual de ensino. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.131**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Triângulo (AMBT), de Lages, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.132**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Otacílio Costa e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.133**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina, de São Joaquim, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título

de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.134**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Denomina Rodovia André Vargas Andreazza o trecho da Rodovia SC-114 entre o Km 231, entroncamento com a BR-282 (perímetro urbano da cidade de Lages) e o Km 241,930, Ponte do Rio Caveiras, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.135**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a AEDA- Aliança Educacional Humanitária pelo Bem-Estar e Direitos dos Animais, de Curitibaanos, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.136**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui a Política Estadual de Fornecimento Gratuito de Medicamentos à base de Cannabis e produtos de Cannabis para fins medicinais e adota outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.137**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Blumenau e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.138**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Revoga a Lei nº 16.451, de 2014, que autoriza a permuta de imóvel no Município de Palhoça. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.139**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a doação de imóveis no Município de Frei Rogério. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.140**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza as concessões de uso de imóveis nos Municípios de Xanxerê, Itajaí e Chapecó. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.141**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública o Instituto Pedra Branca, de Palhoça, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.142**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural por meio da Qualificação da Oferta Educacional no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.143**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Programa Cultura e Arte nas Escolas da rede pública estadual de educação. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.144**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 12.383, de 2002, que “Dispõe sobre a emissão de talão de Notas Fiscais do Produtor em nome da família”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.145**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara as Benzedeiças integrantes do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.146**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Denomina Alcides Tramontin o trecho da Rodovia Estadual SC-159 entre a comunidade de Três Voltas e o centro do Município de São Bernardino e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.147**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Federazione Folk La Serenissima, de Pinhalzinho, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.148

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associazione Internazionale TrevisaniNel Mondo – Sezio-nedi Chapecó/SC e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.149

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Denomina Aldoino Goldoni a ponte sobre o Rio Chapecó, localizada em Abelardo Luz, na Rodovia SC-155, trecho Divisa PR/SC - Abelardo Luz, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.150

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação Projeto Alimentar, de Camboriú, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.151

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação de Artes Marciais MatsuDojo, de Chapecó, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.152

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Declara de utilidade pública a Associação Concordeense de Futsal, de Concórdia, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.153

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Declara de utilidade pública o Grupo de Operações Resgate e Salvamento com Cães

(GORSC), de Concórdia, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.154

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste para Fundação Hospitalar São Lourenço. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.155

19 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, de Xanxerê, para a nova denominação Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência de Xanxerê. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.156

20 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui o Programa Casa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 780**3 DE DEZEMBRO DE 2024**

Regulamenta os procedimentos para credenciamento de projetos esportivos e institui o Programa de Incentivo ao Esporte (PIE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 784**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Introduz as Alterações 4.825 a 4.827 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 785**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 786**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 787**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 788**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 789**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 790**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 791**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 792**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 2.219, de 2014, que regulamenta o Capítulo IV-B do Título IV da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a redação dada pela Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Cadastro

Ambiental Rural (CAR). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 794**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Anexo Único do Decreto nº 2.141, de 2022, que aprova a Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 795**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 797**12 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.601, de 2021, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.217, de 1983, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 798**13 DE DEZEMBRO DE 2024**

Regulamenta a Lei nº 18.928, de 2024, que altera a Lei nº 17.292, de 2017, para equiparar a pessoa diagnosticada com Fibromialgia à pessoa com deficiência e possibilitar ao Poder Executivo a criação da Carteira Estadual de Identificação da Pessoa com Fibromialgia. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 800**18 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 759, de 2024, que altera o Decreto nº 2.128, de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 802**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.793 de 2022, que regulamenta a exploração e utilização comercial de faixas de domínio e áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 803**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar doação, com encargo, de imóvel no Município

de Xanxerê. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 804**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.863, de 2013, que regulamenta o afastamento do servidor público efetivo para frequentar curso de pós-graduação e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 805**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 2.817, de 2009, que dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 806**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Caçador. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.039**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera os limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, define sua zona de amortecimento e amplia a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.040**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.041**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre os subsistemas esportivos privados, e revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.042**11 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE); e altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.043**16 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.044**16 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.045**16 DE DEZEMBRO DE 2024**

Denomina “Ponte Nicanor Azambuja, João Dóglia e Diogo Madruga” a ponte sobre o Rio Camaquã, na rodovia BR-153, na divisa dos Municípios de Bagé e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.046**17 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.047**17 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.048**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.976.872.000,00 (um bilhão novecentos e setenta e seis milhões oitocentos e setenta e dois mil reais), para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.049**19 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, e do Trabalho, e do Conselho Nacional de Justiça, crédito especial no valor de R\$ 273.689.008,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.050**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Confere o título de Capital Nacional do Capim Dourado ao Município de Mateiros, no Estado do Tocantins. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.051**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Confere o título de Capital Nacional da Fariinha de Mandioca ao Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.052**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.053**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da empresa Petrobras Netherlands B.V. - PNBV, crédito especial no valor total de R\$ 67.352.000,00, para inclusão de programações na Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.054**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, crédito suplementar no valor de R\$ 227.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.055**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da empresa Petrobras International Braspetro B.V. – PIBBV, da empresa Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, crédito suplementar no valor de R\$ 304.301.914,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.056**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 32.998.452,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.057**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$ 500.000,00, para o fim que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.058**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito especial no valor de R\$ 685.000,00, para o fim que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.059**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, crédito suplementar no valor de R\$ 16.089.714,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.060**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.061**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor das empresas Araucária Nitrogenados S.A., Petrobras Biocombustível S.A. e Petróleo Brasileiro S.A., crédito especial no valor de R\$ 552.847.000,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.062**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 13.261.923,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.063**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 25.510.081,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.064**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Portos e Aeroportos, crédito especial no valor de R\$ 15.400.839,00, para o fim que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.065**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco da Amazônia S.A., da Eletrobras Termonuclear S.A., da Petrobras Biocombustível S.A., da Companhia Docas do Ceará, e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, crédito suplementar no valor de R\$ 200.329.507,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.066**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 4.031.223.377,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.067**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.068**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e a Política Nacional de Economia Solidária; cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes); e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código

Civil).. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.069**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui a Política Nacional de Cuidados. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.070**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre a produção, a importação, a exportação, o registro, a comercialização, o uso, a inspeção, a fiscalização, a pesquisa, a experimentação, a embalagem, a rotulagem, a propaganda, o transporte, o armazenamento, as taxas, a prestação de serviços, a destinação de resíduos e embalagens e os incentivos à produção de bioinsumos para uso agrícola, pecuário, aquícola e florestal; e altera as Leis nºs 14.785, de 27 de dezembro de 2023, 10.603, de 17 de dezembro de 2002, e 6.894, de 16 de dezembro de 1980. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.071**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que trata da tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.072**26 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.073**26 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.074**26 DE DEZEMBRO DE 2024**

Regula o exercício da profissão de geofísico. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.075**26 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para autorizar a transferência de excedentes de conteúdo local entre contratos

para exploração e produção de petróleo e gás natural vigentes; altera as Leis nºs 12.304, de 2 de agosto de 2010, 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e 14.871, de 28 de maio de 2024; e revoga a Medida Provisória nº 1.255, de 26 de agosto de 2024. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.076**26 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e a Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2023, para dispor sobre o valor mínimo obrigatório a ser aplicado na aquisição de créditos de carbono pelas entidades que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.077**27 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei da Política Agrícola), 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), 14.601, de 19 de junho de 2023 (Lei do Programa Bolsa Família), e 14.995, de 10 de outubro de 2024, para dispor sobre políticas públicas; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.078**27 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.079**27 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária – Regras GloBE; e altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.080**30 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.081**30 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.082

30 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), para nela incluir os produtores independentes de matéria-prima destinada à produção de biocombustível; e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.286**2 DE DEZEMBRO DE 2024**

Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão para o Ministério das Relações Exteriores, e transforma cargos em comissão. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.287**3 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.288**4 DE DEZEMBRO DE 2024**

Homologa a demarcação administrativa da terra indígena Potiguara de Monte-Mor, localizada nos Municípios de Rio Tinto e de Marcação, Estado da Paraíba. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.289**4 DE DEZEMBRO DE 2024**

Homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.290**4 DE DEZEMBRO DE 2024**

Homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.291**4 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso para os cargos da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.292**5 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 12.175, de 11 de setembro de 2024, que regulamenta a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, de que trata o art. 1º, caput, inciso I, da Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.293**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre o Comitê Gestor do Fundo Na-

cional de Aviação Civil. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.294**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 9.755, de 11 de abril de 2019, que institui o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.295**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Mangabeiras, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Betim, Estado de Minas Gerais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.296**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Renova a concessão outorgada à Fundação Inovarsul, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.297**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Renova a concessão outorgada à Rádio e TV Bandeirantes de Campinas S.A., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município de Campinas, Estado de São Paulo. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.298**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Maringá, Estado do Paraná. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.299**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Promulga o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Brasília, em 21 de dezembro de 2017. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.300**6 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação

Escola Nacional de Administração Pública – Enap, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.301**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre a aprovação de diretrizes e de estratégias relativas à governança corporativa nas empresas estatais federais e à administração das participações societárias da União. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.302**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.303**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais – Inova. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.304**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Regulamenta o art. 25, § 4º, o art. 60, caput, inciso IV, e o art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os parâmetros e a avaliação dos programas de integridade, nas hipóteses de contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de desempate de propostas e de reabilitação de licitante ou contratado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.305**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 12.138, de 12 de agosto de 2024, que regulamenta a concessão de desconto nas operações de crédito rural de custeio, investimento e industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou de situação de emergência decretado. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.306**9 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso público para provimento de cargos de Policial Rodoviário Federal do Quadro de

Pessoal da Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.307
11 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Anexo I da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para atualização dos valores da taxa de autorização das atividades de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.308
11 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui o Comitê Interministerial para a Transformação Digital. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.309
13 DE DEZEMBRO DE 2024

Regulamenta a Medida Provisória nº 1.278, de 11 de dezembro de 2024, que autoriza a União a participar de fundo que tenha por finalidade apoiar a requalificação e a recuperação de infraestruturas nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos e apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.310
16 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.703, de 14 de setembro de 2023, que remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Fazenda, e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.311
16 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui o Programa de Integridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.312
16 DE DEZEMBRO DE 2024

Regulamenta a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internações compulsórias. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.313
16 DE DEZEMBRO DE 2024

Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, firmado pela República Federativa do Brasil, em

Genebra, em 28 de fevereiro de 2012. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.314
16 DE DEZEMBRO DE 2024

Renova a concessão outorgada à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Formiga, Estado de Minas Gerais. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.315
16 DE DEZEMBRO DE 2024

Renova a concessão outorgada à Fundação Educa Mais para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.316
16 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Anexo I ao Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que trata da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, quanto aos cargos privativos de oficial-general. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.317
18 DE DEZEMBRO DE 2024

Cria a Casa de Governo no Estado do Rio Grande do Sul, aprova o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.318
18 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.319
18 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.320
18 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Decreto nº 4.797, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre a Ordem Nacional do Mérito Educativo. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.321
18 DE DEZEMBRO DE 2024

Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério do Planejamento e Orçamento. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.322
19 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.233, de 10 de outubro de 2022, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.323
19 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras cinematográficas brasileiras. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.324
19 DE DEZEMBRO DE 2024

Altera o Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, para dispor sobre os valores de diárias devidas a militares em deslocamentos a serviço no País. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.325
19 DE DEZEMBRO DE 2024

Autoriza o aumento de capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.326
19 DE DEZEMBRO DE 2024

Institui fóruns de diálogos entre o Governo federal e o Governo do Distrito Federal com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal e as entidades representativas de seus servidores, conforme o disposto na Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.327
20 DE DEZEMBRO DE 2024

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola de Caonge, Dendê, Engenho da Praia, Engenho da Ponte e Calembá, localizados no Município de Cachoeira, Estado da Bahia. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.328**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola da Volta, localizados no Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.329**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Desterro, localizados no Município de Indiaroba, Estado de Sergipe. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.330**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Ladeiras, localizados no Município de Japoatã, Estado de Sergipe. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.331**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso público para os cargos de Técnico do Seguro Social do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.332**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.333**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.334**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cida-

dania, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.335**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 11.236, de 18 de outubro de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.336**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Institui o Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.337**20 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre as adidâncias da Polícia Federal junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior, e estabelece as regras e os procedimentos relativos à designação, à atuação e à retribuição de servidores da Polícia Federal em missão no exterior. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.338**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Concede indulto natalino e comutação de pena e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.339**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Minador, localizados no Município de Novo Oriente, Estado do Ceará. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.340**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 8.441, de 29 de abril de 2015, que dispõe sobre as restrições ao exercício de atividades profissionais aplicáveis aos representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e a gratificação de presença de que trata a Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.341**23 DE DEZEMBRO DE 2024**

Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.342**30 DE DEZEMBRO DE 2024**

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.343**30 DE DEZEMBRO DE 2024**

Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.344**30 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 9.058, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal — GSISTE. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.345**30 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 12.346**30 DE DEZEMBRO DE 2024**

Altera o Decreto nº 11.971, de 1º de abril de 2024, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Auditoria-Fiscal do Trabalho e sobre a base de cálculo de que tratam o § 1º e o § 4º do art. 16 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017. ([Inteiro teor](#))

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 95/2024

29.11.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da portaria nº 5/2023, publicada no DOE de 11/01/2023, e conforme Contrato nº 007/2024 e processo PGE 8603/2024,

RESOLVE:

art. 1º autorizar Renildo Valentim da Silveira, ocupante do posto de Apoio de Gabinete, matrícula 73516, a conduzir veículo oficial pertencente à frota da Procuradoria-Geral do Estado – Ducato- placa OKG 3749.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EZEQUIEL PIRES

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

PORTARIA GAB/PGE Nº 97/2024

29.11.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das competências conferidas pelo inciso I do art. 7º da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, considerando o acordo de Cooperação Técnica SEF/SEA/SEPLAN/CGE/PGE nº 2024Tn001283, cujo extrato foi publicado no diário oficial do Estado (DOE) de 25 de outubro de 2024,

RESOLVE:

art. 1º designar os servidores abaixo relacionados para integrarem o Grupo de Trabalho para a Execução do projeto de modernização da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina- PROFISCO II, referente ao Componente 2. Administração Tributária E Contencioso Fiscal:

1. Produto: revisão do modelo de Gestão de dívida ativa líder do produto: Ricardo de Araújo Gama, matrícula nº 292504-4-01; suplente: Marcos Daniel da Cunha, matrícula nº 953449-0-04.

1.1 subprodutos:

1.1.1 plano de recuperação do estoque da dívida ativa; Classificação do estoque; saneamento do estoque.

líder do subproduto: Ricardo de Araújo Gama, matrícula nº 292504-4-01;

membros de Equipe:

a) Fernanda Donadel da Silva, matrícula nº 616826-4-01;

b) VERONICK CECÍLIA SAMPAIO, matrícula nº 950188-6-01;

c) Dione Andreia Follmann, matrícula nº 958211-8-01;

d) marcos Daniel da Cunha, matrícula nº 953449-0-04.

1.1.2 melhoria do sistema atual, ferramentas de inteligência artificial e estrutura tec-

nológica; mecanismo de busca de decisões Jurídicas.

líder do subproduto: marcos Daniel da Cunha, matrícula nº 953449-0-04;

membros de Equipe:

a) André Emiliano Uba, matrícula nº 357639-6-03;

b) Ezequiel Pires, matrícula nº 292448-0-01;

c) Luiz Dagoberto Corrêa Brião, matrícula nº 284274-2-01;

d) Gustavo Schmitz Canto, matrícula nº 962860-6-01;

e) Fillipi Specialski Guerra, matrícula nº 953078-9-01;

f) Ricardo de Araújo Gama, matrícula nº 292504-4-01;

g) Helena Schuelter Borguesan, matrícula nº 616827-2-01;

h) Elenise Magnus Hendler, matrícula nº 319684-4-01;

i) Auro Saturno Madureira, matrícula nº 257234-6-01.

1.1.3 sistema de parcelamento.

líder do subproduto: Ricardo de Araújo Gama, matrícula nº 292504-4-01;

membros de Equipe:

a) Fernanda Donadel da silva, matrícula nº 616826-4-01;

b) VERONICK CECÍLIA SAMPAIO, matrícula nº 950188-6-01;

c) Dione Andreia Follmann, matrícula nº 958211-8-01;

d) Marcos Daniel da Cunha, matrícula nº 953449-0-04.

1.1.4 dashboards de Gestão.

líder do subproduto: Marcos Daniel da Cunha, matrícula nº 953449-0-04.

membros de Equipe:

a) Marcelo Antônio Matos, matrícula nº 251194-0-01;

b) Cléber Rosso Bicca, matrícula nº 950212-2-01;

c) Thiago Ivair Campos, matrícula nº 732179-1-01;

1.1.5 Capacitação.

líder do produto: Fabiana Guardini Nogueira, matrícula nº 378611-0-01;

membros de Equipe:

a) Cláudia Regina Castellano Losso, matrícula nº 191907-5-01;

b) Marcos Daniel da Cunha, matrícula nº 953449-0-04.

art. 2º designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Equipe Técnica e administrativa de apoio ao produto e subprodutos especificados no art. 1º.

a) José Ricardo Herter, matrícula nº 319428-0-01;

b) Marcelo Antônio Matos, matrícula nº

251194-0-01

c) Valério de Souza Michels, matrícula nº 167751-9-01;

d) Cléber Rosso Bicca, matrícula nº 950212201;

e) Bernardo Mosimann Estrella, matrícula nº 951643-3-03;

f) João Lucas Marques, matrícula nº 988841-1-03;

g) Karen Regina Inácio Noronha, matrícula nº 950332-3-01;

h) Karine Froner, matrícula nº 388779-0-01;

i) Renan Moresco Pirath, matrícula nº 950876-7-01.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 98/2024

06.12.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio do art. 4º, inc. II, alínea “a” do Decreto nº 1860, de 13 de abril de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores MARCELO ANTÔNIO MATOS, matrícula nº 251.194-0-01, LUIZ HENRIQUE DA SILVA, matrícula nº 238.327-6-01, GUSTAVO FERRER MONTEIRO DIOGO, matrícula nº 954.770-3-01, ANTÔNIO GUIDI DE LUCCA, matrícula nº 153.694-0-01 e suplentes FÁBIO HENRIQUE CAMISSÃO, matrícula nº 950.792-2-02, JUCÉLY COELHO, matrícula nº 953.249-8-01 para, sob a presidência do primeiro e, na ausência deste, do segundo, comporem a COMISSÃO CENTRAL a fim de proceder o Levantamento, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização, Exaustão, Inventário e Baixa dos Bens Móveis de caráter permanente e de consumo da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2024.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GAB/PGE nº 117/2023.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 99/2024

19.12.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas na Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o que consta dos autos PGE 3497/2020, CONFIRMA na carreira os Procuradores do Estado abaixo relacio-

nados:

RAFAELA FIGUEIREDO ANDRADE STO-
CHIERO, matr.: 627.124-3-01, a contar de
08/06/2024;

TARCIO AURELIO MONTEIRO DE MELO,
matr.: 627.121-9-01, a contar de
08/06/2024;

RAFAEL JASPER CUNHA DA SILVA, matr.:
632.867-9-01, a contar de 08/11/2024 ; e

LETICIA ARANTES SILVA, matr.: 632.865-2-
01, a contar de 08/11/2024.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PARECERES

PARECER N° 445/2024-PGE

Referência: PGE 7193/2024.

Assunto: Contratação de empresa especializada em serviço de acesso à pesquisa de conteúdo jurídico, denominado plataforma Jusbrasil.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Autor: Gustavo Schmitz Canto Administrativo. Licitação e contratos. Renovação da Plataforma Jusbrasil. Exclusividade do objeto. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de Licitação. Preenchimento dos requisitos legalmente previstos. Artigo 74, I e III, da Lei n. 14.133/2021. Justificativas da inexigibilidade e do preço constantes no processo administrativo. Regularidade da contratação direta.

PARECER N° 454/2024-PGE

Referência: SCC 14962/2024

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 456/2024.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva Autógrafo de Projeto de Lei no 456/2024, que “Altera emendas parlamentares impositivas constantes do Anexo I da Lei no 18.836, de 2024, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2024, e estabelece outras providências.” Ajustes de recursos de emendas impositivas não executadas por impedimento técnico insuperável. CESC/89, art. 120, § 12.

Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

PARECER N° 455/2024-PGE

Referência: SCC 15066/2024

Assunto: Ofício n. 1577/SCC-DIAL-GEMAT. Solicitação de exame e emissão de parecer a respeito do autógrafo do Projeto de Lei n. 53/2024, aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Lucas Neves, que “Dispõe sobre a criação do Selo Escola Amiga do Autista, no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Gustavo Schmitz Canto Autógrafo do Projeto de Lei n. 53/2024, aprovado pela Assembleia Legislativa, de

origem parlamentar, que “Dispõe sobre a criação do Selo Escola Amiga do Autista, no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.” 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica: Constitucionalidade formal orgânica: competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, inciso XIV, da CRFB/1988). 3. Constitucionalidade material e legalidade. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER N° 456/2024-PGE

Referência: CBMSC 14372/2024.

Assunto: Destinação de recursos do Fundo Social a Termo de Fomento.

Origem: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC).

Interessado: Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

Autor: André Doumid Borges Destinação de recursos do Fundo Social a Termo de Fomento.

Objeto: auxílio financeiro para custeio parcial das despesas da atividade operacional do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville no atendimento de socorro pré-hospitalar e combate a incêndios e manutenção das atividades operacionais correlatas. Possibilidade de utilização de recursos do Fundo Social (fonte 261) para pagamento do Termo de Fomento, devendo o gestor do Fundo verificar se a justificativa apresentada para a transferência do recurso deixa claro de que maneira o objeto do termo de fomento contribui para com o atingimento dos objetivos do FUNDO SOCIAL, especialmente quanto aos dispositivos que fundamentaram a autorização da transferência.

MANIFESTAÇÃO

Referência: SCC 15069/2024

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 526/2023

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, I - RELATÓRIO

A Diretoria de Assuntos Legislativos da Casa Civil, por meio do Ofício n. 1586/SCC-DIAL-GEMAT, solicitou a manifestação da Procu-

radoria-Geral do Estado sobre o autógrafo do Projeto de Lei n. 526/2023, de origem parlamentar, que “Institui o Programa Escola do Professor, voltado para a promoção do bem-estar emocional, da saúde mental e psicológica dos professores da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina.”

PARECER N° 385/2024-PGE/COJUR/SEF

Referência: SEF n. 15748/2024

Assunto: Parecer Jurídico para Operações de Crédito

Origem: Gerência de Captação de Recursos - GECAR

Autor: André Doumid Borges Parecer Jurídico para operações de crédito. Cumprimento de requisitos para análise pela STN. Minuta com estrutura mínima exigida. Lei Complementar Federal no 101/2000 e Resolução do Senado Federal no 43/2001. Regularidade.

PARECER N° 481/2024-PGE

Referência: SCC 15536/2024

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 510/2023

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz Autógrafo. Projeto de Lei n. 510/2023, de iniciativa parlamentar, que “Declara as Benzedadeiras integrantes do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina, e altera o Anexo I da Lei no 17.565, de 2018, que ‘Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina.’” 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre proteção do patrimônio cultural e sobre cultura (art. 24, incisos VII e IX, da CRFB). Competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização da proteção do patrimônio cultural e cultura. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

PARECER n. 484/2024-PGE

Referência: PIMB 2801/2023

Assunto: Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

Origem: SCPAR Porto de Imbituba (PIMB) **Autor:** Gustavo Schmitz Canto Direito Administrativo. Fiscalização promo-

PARECERES

vida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Infração cometida pela SCPAR Porto de Imbituba. Proposta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Inviabilidade do objeto proposto. Necessidade de redefinição do objeto pelas partes envolvidas (proponente e compromissário). Sugestão de encaminhamento ao Corpo de Bombeiros Militar.

PARECER No 488/2024-PGE

Referência: SCC 13906/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 393/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Pedido de diligência. Projeto de Lei no 393/2024, de iniciativa parlamentar, que “Altera a Lei no 6.762, de 20 de maio de 1986, que dispõe sobre o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FCN) e do hipotireoidismo congênito (HC) para incluir a partir da coleta de sangue em recém-nascidos por ocasião do teste do pezinho, as informações para fins de integrar o Cadastro no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Violação aos arts. 5o, caput, X, XII, LXXIX, da CRFB/88 e 1o, 2o e 17, da Lei Federal n. 13.709/2018. Inconstitucionalidade formal subjetiva (CESC, arts. 50, § 2o, VI; 71, IV, “a”), e inconstitucionalidade material (CESC, art. 32).

PARECER n. 491/2024-PGE

Referência: SCC 15758/2024

Assunto: Diligência – Projeto de Lei

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Diligência. Projeto de Lei n. 418/2024, de iniciativa parlamentar, que “Institui o Programa de Estímulo à Emissão de Nota Fiscal, denominado ‘CPF na Nota’, no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. 1. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado (artigo 50, §2o, VI, da Constituição do Estado). 2. Inconstitucionalidade formal, por ausência de estimativa de impacto financeiro e orçamentário (artigo 113, do ADCT). 3. Ilegalidade, por afronta ao artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000). 4. Presença

de vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade.

PARECER No 492/2024-PGE

Referência: SCC 14318/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei nº 379/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Pedido de diligência. Projeto de Lei no 379/2024, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a certificação social aos bingos beneficentes comunitários, organizados em caráter eventual, pelas entidades assistenciais de caridade, filantrópicas, comunitárias, religiosas e congêneres, sem fins lucrativos e comerciais, no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.” 1. Inconstitucionalidade formal orgânica. Violação ao art. 22, da CRFB/88. Competência privativa da União em legislar sobre consórcios e sorteios. 2. Jurisprudência do STF. Precedentes.

PARECER No 493/2024-PGE

Referência: SCC 14583/2024

Assunto: Diligência do Projeto de Lei n. 0471/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Diligência. Projeto de Lei n. 0471/2024, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a apresentação pelo Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, de relatório atualizado quadrimestral com as informações dos indicadores de evolução e situação das obras nas rodovias estaduais e adota outras providências”. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Ingerência na direção, organização e funcionamento do Poder Executivo. Violação ao art. 71, I e IV, ‘a’, da CESC. Violação ao Princípio da Separação dos Poderes. Inconstitucionalidade na íntegra.